

MESA 2

MODERNIDADES EM MOVIMENTO: LEITURAS A PARTIR DO BRASIL

A Formação da Nação e do Estado no Brasil: um enigma histórico em aberto

Alba Maria Pinho de Carvalho

1. Modernidade no contexto da civilização do capital: nacionalismo como mito

No contexto da civilização ocidental, a modernidade afirma-se como a época da História que pensa a si mesma historicamente, significando o fim da crença em uma ordem revelada e divina e a assunção do princípio de que “os humanos encontram-se no mundo por conta própria” e, assim, a ordem do mundo pode ser desfeita e transformada. Como projeto sócio-cultural, a Modernidade constituiu-se entre o século XVI e finais do século XVIII, a romper com a cosmovisão teocrática medieval e a ordem do Antigo Regime, emergindo, assim, com um caráter eminentemente subversivo de transgressão. De fato, “pela sua complexidade interna, pela riqueza e diversidade das idéias novas que comporta e pela maneira como procura a articulação entre elas, o projeto da modernidade é um projeto ambicioso e revolucionário” (SANTOS, 1991, p.71).

Marx e Engels, em meados do século XIX, bem traduzem o espírito moderno, em seu caráter transgressor de rupturas, com sua admirável passagem em “O Manifesto do Partido Comunista”: “Tudo o que era sólido se evapora no ar, tudo o que era sagrado é profanado e, por fim, o homem é obrigado a encarar com serenidade suas verdadeiras condições de vida e suas relações com a espécie” (MARX e ENGELS, p. 96-97)

Em verdade, em seus primórdios, a Modernidade encarna uma dimensão emancipatória, diluída e absorvida pela dimensão regulatória, a partir da articulação histórica entre o projeto da modernidade e o desenvolvimento do capitalismo, nos países da Europa que integraram a primeira onda de industrialização, em finais do século XVIII e meados do século XIX.

Na formulação crítica de Boaventura de Sousa Santos (1994), o paradigma da modernidade constitui um projeto sócio-cultural muito rico, amplo e complexo,

preenhe de potencialidades. Sujeito a um desenvolvimento contraditório, o projeto da modernidade – nas configurações de Santos (1994, 2000, 2006) – assenta-se em dois pilares: o da regulação e o da emancipação, aspirando um equilíbrio entre estes dois pilares fundamentais. Em sua trajetória social, a modernidade, intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento capitalista nos países centrais, vivencia o processo histórico da progressiva absorção ou colapso da emancipação pela regulação, no contexto da civilização do capital.

Em verdade, a modernidade ao longo dos diferentes períodos do desenvolvimento capitalista¹, urdiu uma grande armadilha: “a transformação incessante das energias emancipatórias em energias regulatórias” (SANTOS, 1994, p.84)

Nos seus percursos contraditórios no âmbito da civilização do capital, a modernidade encarna os chamados “mitos modernos”. Dentre estes, configura-se o nacionalismo, mito que povoa o imaginário dos tempos modernos, atualizando-se e redefinindo-se em diferentes momentos e circunstâncias históricas. A rigor, o nacionalismo coloca-se reiteradamente no curso da História, a configurar um problema prático e teórico (IANNI, 1988, p.4 e 22). É difícil uma explicação coerente do nacionalismo pelo “fato de apresentar formas e origens muito diversas, de acordo com a época e o país em que se manifesta” (LEITE, 1983, p.10). São múltiplas e qualitativamente distintas as configurações históricas sustentadas no nacionalismo. Assim, problematiza Dante Moreira, em sua obra-referência sobre o nacionalismo:

“Pode-se dizer que o romantismo alemão foi nacionalista, embora tenha sido um movimento intelectual de pequeno ou pouco intenso colorido político. Nacionalista foi a Revolução Francesa, movimento político liberal; nacionalista foi também o nazismo alemão, movimento político autoritário[...] Além disso, dificilmente encontramos objetividade ou neutralidade naqueles que estudam ou analisam os movimentos nacionalistas. Para alguns, o nacionalismo seria um movimento profundo e inevitavelmente irracional, erguido como obstáculo à aproximação e ao entendimento entre os homens. Para outros, haveria um nacionalismo saudável e um nacionalismo doentio e agressivo” (LEITE, 1983, p.10, 11).

¹ Segundo a interpretação de Boaventura de Sousa Santos, sistematizada em sua obra “Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade”, pode-se distinguir três grandes períodos no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo nos países centrais: o primeiro período é o do capitalismo liberal e cobre todo o século XIX; o segundo período é o do capitalismo organizado, iniciando-se no final do século XIX, atingindo seu pleno desenvolvimento no período entre as guerras e nas primeiras décadas depois da 2ª Guerra Mundial; o terceiro período é designado por capitalismo desorganizado, iniciando-se nos finais da década de sessenta e em curso, como período do capitalismo financeiro ou do capitalismo monopolista de Estado, marcado por transformações de natureza profunda.

Assinala Octávio Ianni (1988), que, especificamente na América Latina, a questão nacional está na base de lutas fundamentais de determinados países. As guerras e revoluções de independência sintetizam-se precisamente no dilema do nacionalismo. E explicita Ianni:

“o que há de épico nas lutas simbolizadas por Tausaint Louverlure, Francisco Miranda, Simón Bolívar, José Artigas, José Morelos, Miguel Hidalgo, Bartolomé Mitre, Bernardo O’Higgins, Antonio Sucre, José Bonifácio, Frei Caneca, Ramón Betances, José Martí e muitos outros, está enraizado na façanha destinada a emancipar a colônia, criar o Estado, organizar a Nação”(1988, p.2)

Seguindo as trilhas da História, cabe reconhecer que, em certas conjunturas, a questão nacional se torna mais aberta, cria desafios novos, reabre dilemas anteriores em outros termos (IANNI, 1988). Especificamente, em conjunturas críticas mais profundas, reabre-se a problemática nacional.

O nacionalismo, como força mobilizatória de vontades coletivas, assenta-se na idéia de nação a encarnar construções político-culturais particulares e distintas. De fato, a categoria nação carrega consigo vários tempos superpostos uns aos outros, com diferentes matizes desde o século XVI, circunscrevendo sentidos diversos à nação em tempos modernos. A rigor, configuram-se metamorfoses do conceito de nação nos circuitos da modernidade em diferentes tempos e espaços. Assinala François Xavier Guerra (2003) que, na Espanha, a nação é uma comunidade soberana formada pela associação voluntária de indivíduos iguais e, na França revolucionária, nação comporta não só a nação-reino como a nação-Estado, soberana e absoluta e ainda a nação-povo, no sentido político e no sentido de comunidade cultural, com passado e memória comuns, com imaginário compartilhado e projeto de futuro. Em verdade, como bem sintetiza Eric Hobsbawm a “característica básica da nação moderna e de tudo o que a ela está ligado é a sua modernidade” (1990, p.27).

Esclarece Hobsbawm na sua discussão conceitual a circunscrever a novidade histórica do conceito moderno de nação:

“o significado fundamental de ‘nação’, e também o mais frequentemente ventilado na literatura, era político. Equalizava ‘o povo’ e o Estado à maneira das revoluções francesa e americana, uma equalização que soa familiar em expressões como ‘Estado-nação’, ‘Nações Unidas’ ou a retórica dos últimos presidentes do século XX [...]. Na era das revoluções, fazia parte ou cedo se tornaria parte do conceito de nação que esta deveria ser ‘una e indivisa’, como na frase francesa. Assim considerada, a ‘nação’ era o corpo de cidadãos cuja

soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. Pois, fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa” (1998, p.31).

Octávio Ianni (1988), em análise política da questão nacional, assim circunscreve um entendimento de nação:

“A Nação pode ser vista como uma configuração histórica, em que se organizam, sintetizam e desenvolvem forças sociais, atividades econômicas, arranjos políticos, produções culturais, diversidades regionais, multiplicidade raciais. Tanto o hino, a bandeira, o idioma, os heróis e os santos, como a moeda, o mercado, o território e a população adquirem sentido no contexto das relações e forças que configuram a Nação. A Nação pode ser uma formação social em movimento; pode desenvolver-se, transformar-se, romper-se” (IANNI, 1988, p.1)

Esta via analítica aberta por Ianni da “nação como formação social em movimento” mostra-se deveras fecunda para refletir e discutir sobre a Nação e o Estado brasileiros que, de fato, constitui um enigma histórico em aberto a desafiar pesquisadores e analistas, sobretudo em tempos de mundialização no início da segunda década do século XXI – contexto de crise estrutural do capital – quando a questão nacional recoloca-se com novas configurações, a encarnar dimensões contemporâneas do mito moderno do nacionalismo.

2. A Formação do Estado e da Nação brasileiros: “encaixando peças de um mosaico”²

Repensar a História sob referenciais ampliados a articular economia, política e cultura é uma tendência contemporânea. Nesta perspectiva, emergem estudiosos com fecundas construções analíticas a repensarem as questões da Nação e do Estado e noções implícitas ou decorrentes como nacionalismo, identidade, etnia,

² Mosaico ou arte musiva é um embutido de peças (tesselas) de pedra ou de outros materiais (vidro, mármore ou conchas), formando determinado desenho. Aqui, retomo a metáfora do historiador István Jancsón de que “analisar a nação brasileira é como encaixar “peças de um mosaico”, justamente para sublinhar este esforço investigativo de resgatar e enfocar diferentes aspectos e dimensões de nossa história econômica, política e cultural para explicar o processo de formação da Nação e Estado brasileiros, em sua complexidade, desmontando visões de uma historiografia, dominante durante décadas, de que a Nação e o Estado no Brasil surgiram em um “passe de mágica”, após a Independência de Portugal, em 1822.

linguagem³. Nesta perspectiva, recoloca-se, na agenda de debates do tempo presente, a questão da Nação e do Estado Nacional, em meio aos processos da mundialização e da compressão do mundo por via dos fluxos financeiros, de comunicação e de cultura, a erguer forças transnacionais.

No cenário global de blocos e articulações continentais, “a nação, porém sobrevive, agora mais madura menos temerária, sem os arroubos juvenis auto-destrutivos” (RIBEIRO, 2004, p.2). Assim, o mundo contemporâneo parece desenhar-se como “um mundo de nações, já não apenas das velhas nações da Europa Ocidental e da América, mas por todo o mundo, no rescaldo da descolonização e da importação do modelo ocidental”⁴ (id.ibidem).

Neste contexto de resignificações nacionais, impõe-se a pertinência do repensar a formação do Estado e da Nação brasileiros, como um dos enigmas mais recorrentes de nossa História, campo de controvérsias e polêmicas.

Estudos e investigações contemporâneos sobre a formação do Estado e da Nação brasileiros implodem a matriz explicativa de uma certa historiografia nacional que propugna o Estado como demiurgo da Nação: Estado como criador, construtor da nação, ao dar partida e coordenação à organização do País⁵. No âmbito desta matriz historiográfica, é emblemática a concepção de Alberto Torres que, no início do século XX, projetou o Estado como construtor da Nação e organizador da sociedade que – segundo ele – seria ainda frágil e informe, dado o processo de transplatação que a teria iniciado.

Sustenta Torres:

“Só há um fato, uma força, um instrumento, um órgão, uma vontade, uma inteligência, com a função de promover a ação nacional, de manter a vida do país, no que o interessa em conjunto e permanentemente: é o aparelho político-administrativo, com seus vários órgãos” (TORRES, 1982:117).

³ Dentre outros autores e suas obras referenciais, destaca-se Eric Hobsbawm em seu “Nação e Nacionalismos desde 1780”, publicado no Brasil em 1990, a inspirar novas pesquisas em busca de novas explicações históricas.

⁴ Cabe aqui destacar o instigante artigo de Rita Ribeiro do Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Minho, intitulado “A nação na Europa – breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo”, publicado em 2004.

⁵ Dentre as obras que consubstanciam a ruptura com esta matriz explicativa do Estado como demiurgo da Nação, cumpre destacar a obra de Octávio Ianni “Estado e Capitalismo”, publicada, em primeira edição, em 1965, constituindo, a rigor, um clássico a representar um marco das Ciências Sociais no Brasil. Em 1989, após 20 anos, foi publicada a 2ª edição, revista e ampliada, permanecendo a obra atualíssima nas teses defendidas por Ianni, ao analisar a formação do Estado no âmbito da própria formação do capitalismo no Brasil.

De fato, em confronto com esta matriz historiográfica, dominante por décadas, desenvolvem-se, em tempos contemporâneos, estudos e investigações a circunscrever novas explicações que superam antigas concepções e mitos correntes sobre a formação do Estado e da Nação no Brasil. Tais estudos desmontam o mito de que a nação brasileira teria surgido, em um passe de mágica, a partir da ruptura com Portugal e da formalização de um novo Estado, legitimado por uma suposta identidade “brasileira” que teria existido entre os colonos nos séculos que antecederam a emancipação política.

Cabe, aqui, sublinhar a reinterpretação da nação brasileira sustentada pelo historiador da USP István Jancsó e o grupo de pesquisadores do Projeto Temático “Fundação do Estado e da Nação brasileiros” (1780-1850), com respeitadas obras e artigos publicados⁶. As investigações desenvolvidas, sob múltiplas perspectivas, bem circunscrevem nexos históricos nas tessituras das especificidades da nação brasileira, enfocando os caminhos pelos quais múltiplas identidades regionais se desdobraram em uma nova identidade nacional no século XIX. Jancsó assim configura a ruptura consignada no esforço investigativo do grupo:

“o conjunto das análises implodiu a matriz de uma certa historiografia nacional ao recusar que a nação surgiu de repente como um pedaço inteiriço que se descola de uma metropole. Essa idéia foi substituída por outra, com o processo tomando a feição de um caleidoscópio cujos movimentos passa a configurar um novo mosaico” (JANCÓS, 2009, p.1).

Nesta perspectiva é trabalhada a hipótese de que “a idéia correntemente aceita de o Estado ser o demiurgo da nação não dá conta da complexidade do fenômeno que pretende sintetizar” (id.ibidem). Sustentam os pesquisadores que o Estado brasileiro emerge em meio à coexistência, no interior do que fora antes a América portuguesa, “de múltiplos projetos políticos, cada qual sintetizando trajetórias coletivas que balizavam alternativas dessemelhantes de futuro” (id.ibidem).

⁶ O Projeto Temático “Fundação do Estado e da nação brasileiros (1780-1850)”, coordenado pelo historiador István Jancsó, no período 2004 a 2009, com apoio da FAPESP, congregando 23 historiadores de dez instituições de pesquisa, além de grande número de bolsistas e colaboradores estrangeiros, dedicou-se a investigar, sob múltiplas perspectivas, o processo que levou a América Portuguesa a se transformar no Estado e nação brasileiros. O esforço investigativo no âmbito deste Projeto Temático consubstanciou-se em mais de duas dezenas de livros e uma multiplicidade de artigos dos diferentes pesquisadores, diversas teses e dissertações, além da Revista Almanack Brasiliense que aglutina a contribuição de estudiosos à historiografia brasileira. Dentre as obras coletivas organizadas por Jancsó, cumpre destacar a obra, que se tornou referência, “Brasil: formação do Estado e da Nação”, publicado pela Hucitec, em 2003, resultante de um seminário internacional, realizado na Universidade de São Paulo, reunindo historiadores, geógrafos, cientistas sociais, no esforço de reinterpretação da História do Brasil.

Nesta linha interpretativa da formação da Nação brasileira assentada em lutas e tensões a partir da multiplicidade de projetos, Octávio Ianni, em meados dos anos 80, ao focar especificamente “a questão nacional na América Latina”, enfatiza que “a gênese de cada sociedade nacional compreende tanto a luta contra a metrópole, como as divergências internas, além dos conflitos com vizinhos (1988, p.3).

O fio condutor desta reinterpretação do Brasil é a discussão dos processos que levam a América Portuguesa a se transformar em novo Estado e em uma nação com identidade própria. Concretamente, significa compreender como gente que dizia “sou português da América” passa a dizer “sou brasileiro” (JANCSÓ, 2009). A rigor, o eixo analítico é compreender como a América Portuguesa transforma-se em Brasil, desvendando as sinuosas dinâmicas do período de transição do antigo sistema colonial para o império, no contexto da pré-independência.

Como primeira demarcação, é preciso romper com mitos disseminados pela historiografia dominante durante séculos:

- O mito de reduzir a formação da nação e do Estado brasileiros à ruptura com Portugal em 1822. A rigor, o processo de Independência é muito mais complexo a demandar estudos das muitas e diferentes sociabilidades políticas nas várias regiões e províncias, antes e depois da data tradicionalmente festejada;
- O mito de que o processo de formação da nação brasileira foi o oposto do ocorrido na América Espanhola, rompendo com o mito do caráter pacífico da transição da América Portuguesa em Brasil. A rigor, existe uma surpreendente sincronia entre os movimentos ocorridos na América Espanhola e na América Portuguesa. É preciso ter presente que, na América Portuguesa, correu muito sangue por conta da dificuldade em superar as estruturas antigas, como bem revelam as lutas e revoltas regionais, no contexto da pré-independência do Brasil. Considerando justamente esta similaridade de processos, Octávio Ianni (1988) enfatiza que, “na América Latina, as guerras e revoluções de independência estão na origem da Nação, estabelecendo alguns dos seus traços principais”(IANNI, 1988, p.1)

Um chave analítica fecunda para avançar nesta linha interpretativa é delineada por István Jancsó (2009), ao circunscrever o momento da crise da Monarquia

Portuguesa: é a crise do Antigo Regime como processo geral e a crise do sistema colonial como uma de suas dimensões constitutivas⁷. Esclarece Jancsó no seu esforço de compreender esta transição da América Portuguesa para Brasil:

“É uma crise una e múltipla ao mesmo tempo [...] A estratégia de investigação histórica partiu da hipótese de que se poderia chegar a isso por meio do estudo de suas múltiplas manifestações. Um dos aspectos que tornam o conceito de crise fecundo, nesse estudo, é o aspecto da indeterminação que está presente em qualquer crise. Os historiadores sabem que estão lidando com processos vividos por pessoas que não sabiam o que iria acontecer. Então, aquela gente que vivia na América Portuguesa entre 1810 e 1820 sabia que a monarquia portuguesa, o Estado dentro do qual eles viviam, já não funcionava tão bem quanto antes. Por isso, o conceito de crise é um poderoso instrumento de análise”(JANCSÓ, 2009, p.2).

O desvendamento desta crise da Monarquia Portuguesa e, especificamente, da crise do sistema colonial, exige circunscrever determinados marcos históricos, sublinhando - como um elemento-chave - a vinda da Família Real para o Brasil, em função do bloqueio continental imposto por Napoleão Bonaparte à Europa. Neste contexto de guerra e domínio do continente europeu, com derrubada de monarquias por Napoleão, a solução encontrada para não consolidar a submissão do reino de Portugal ao imperador dos franceses, foi a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, com o apoio da Inglaterra⁸. Desse modo, no início do século XIX, a capital do reino de Portugal foi estabelecida no Brasil, especificamente, na cidade do Rio de Janeiro, registrando-se o que alguns historiadores denominam de “inversão metropolitana”, ou seja, da até então “colônia Brasil” passou a ser exercida a governação do Império

⁷ No esforço interpretativo de István Jancsó para compreender a História do Brasil e, mais especificamente, “encaixar as peças do mosaico”, no desvendamento da formação do Estado e da Nação brasileiros, a categoria crise assume centralidade, sublinhando o aspecto da indeterminação que permeia qualquer crise. E deixa claro que um sistema está em crise quando aquilo que funcionava deixa de funcionar, quando as soluções tradicionais perdem a eficácia (JANCSÓ, 2009).

⁸ A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil foi o episódio da história de Portugal e da história do Brasil em que a Família Real Portuguesa, sua Corte de nobres e seus servos radicaram-se no Brasil, de 1808 a 1820. Tal transferência configurou-se a única saída para o Príncipe Regente português Dom João, pressionado pelas duas maiores potências da época: França e Inglaterra. De um lado, o imperador dos franceses Napoleão Bonaparte, no início do século XIX, queria conquistar toda a Europa, derrotando, para tanto, o exército de vários países, não conseguindo, no entanto, vencer a marinha inglesa. Assim, Napoleão, através do Bloqueio Continental, proibiu todos os países europeus de comercializarem com a Inglaterra. De outro lado, a Inglaterra - parceira comercial e militar de Portugal havia 500 anos - ameaçava invadir o Brasil, principal colônia portuguesa, caso Portugal acatasse o bloqueio de Napoleão aos navios ingleses. Assim, a solução que Dom João encontrou, com a ajuda dos aliados ingleses, foi transferir a Corte para a América. Em novembro de 1807, Dom João, com toda a família e sua corte partiram para o Brasil sob a escolta da esquadra inglesa. Eram cerca de 15 mil pessoas, em quatorze navios, trazendo suas riquezas, documentos, bibliotecas, coleções de arte e tudo o que puderam trazer. A Família Real desembarcou em Salvador em 22 de janeiro de 1808 e, em 8 de março, chegou ao Rio de Janeiro, instaurando novos tempos para a Colônia que se transmuta na capital do reino português.

ultramarino português. À época, o Rio de Janeiro já era a segunda cidade mais rica do Império, atrás apenas de Lisboa. Mesmo assim, de repente, com a instalação da Corte no Brasil, o Rio de Janeiro tornou-se a sede do Império Português, colocando-se a exigência de organizar toda a administração brasileira. A rigor, articulam-se circunstâncias históricas, criando-se condições para a emergência de um Estado Brasileiro, ao longo das três primeiras décadas do século XIX.

Inegavelmente, os desdobramentos da vinda da Família Real para o Brasil gestam nova moldagem sócio-político-cultural por força de um Estado Nacional em construção. Neste sentido, dois fatos merecem destaque: primeiro, na chegada da Família Real, ainda em Salvador, é decretada, por Dom João, a abertura dos Portos do Brasil às nações amigas, permitindo que navios estrangeiros comercializassem livremente nos portos brasileiros, pondo fim, deste modo, ao monopólio comercial da colônia, com repercussões importantes para a economia brasileira; em 1815, o Brasil é elevado à categoria de Reino, de modo que todas as terras portuguesas passaram a denominar-se “Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves”. Em verdade, “a vinda da família real, a instalação do centro decisório do Estado Português na América resultaram na criação de uma nova entidade: o Reino do Brasil” (JANCSÓ, 2008, p.1)

Assim, com as transformações do Estado português decorrentes da transferência da Corte para o Brasil, o sistema vigente durante a era colonial entrou em colapso, com mudanças no próprio sentido do fisco como instrumento da exploração colonial, expresso por meio dos monopólios régios em uma série de impostos diretos sobre a produção e o comércio colonial, sobre o tráfico negreiro, enfim, sobre todas as atividades capazes de gerar excedentes. Uma considerável alteração é que, com a sede do reino português na antiga “colônia Brasil”, cria-se o erário régio no Rio de Janeiro, em substituição ao erário régio de Lisboa, mudando a própria circulação dos recursos públicos que, agora, não mais devem ser enviados para Lisboa e, sim, para o Rio de Janeiro, criando, inclusive, tensões e disputas entre capitânias e regiões⁹.

Neste contexto de crise do Antigo Regime e, particularmente, do antigo regime colonial, nas primeiras décadas do século XIX, vivia-se no Reino do Brasil em formação, um cenário de indeterminações, com uma multiplicidade de projetos

⁹ Esta questão da Fiscalidade na Formação do Estado Brasileiro é analisada pela pesquisadora do Projeto Temático “Fundação do Estado e da nação brasileiros (1780-1850)” Wilma Perez Costa, em capítulo no livro organizado por István Jancsó em 2003, publicado pela Hucitec e na coletânea, por ela organizada, “Soberania e conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX”, publicada em 2010.

políticos, sendo que cada um se referia a alguma realidade (JANCSÓ, 2009). A rigor, o processo de formação da nação brasileira é encarado de formas diferentes nas várias regiões, expressando-se em distintas formas de tensões, encarnadas em resistências e lutas regionais.

No desvendamento da questão regional na base da formação da Nação e do Estado brasileiros, Octávio Ianni, ao discutir a questão nacional no continente latino-americano, abre uma via reflexiva fecunda assim circunscrita:

“junto com as diversidades sociais, econômicas, culturais e raciais, formaram-se também as regionais. Logo se revelou um singular e fundamental desencontro entre as regiões, a cidade e o campo, a região e a Nação. As tropelias oligárquicas, os separatismos, o contraponto civilização e bárbarie, o centralismo e federalismo, nascem nesse contexto. O dilema estava no princípio da história; e entra pelo século XX, naturalmente, em outros termos. O desafio consiste em construir um sistema político unitário e federativo que compreenda e concilie as liberdades de cada província e as prerrogativas de toda a Nação...”(IANNI, 1988, p.3).

E especifica Ianni: “O problema regional tem a maior importância, na maioria dos países latino-americanos. No Brasil, é básico pelos problemas específicos de cada região e suas implicações nos arranjos do poder estatal” (id.ibidem).

Em verdade, ao adentrar-se nos processos de fundação da Nação e Estado brasileiros, na primeira metade do século XIX, as tensões e revoltas regionais bem consubstanciam a crise política do antigo regime português a perpassar o Império no Brasil. São revoltas regionais na pré e pós-Independência formal, envolvendo negros e indígenas como protagonistas. Tais rebeliões geram fissuras no corpo do império luso-brasileiro, mobilizando atenções e forças políticas em todo o Reino do Brasil. Assim, evidencia-se a fragilidade e, mesmo, incapacidade analítica das explicações tradicionais, ao se pensar em uma Independência vista somente sob a óptica do Rio de Janeiro, restrita ao protagonismo das elites.

Dentre as rebeliões regionais fincadas, como raízes, na fundação da nação brasileira, destacam-se, no período pré-independência formal a estender-se no pós, os movimentos na província de Pernambuco, em 1817 e na província do Grão-Para, iniciado em 1821.

A República de 1817 não foi apenas pernambucana, mas se manifestou também em Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, em diferentes escalas, apesar de Pernambuco ser o epicentro. É uma expressão política vigorosa a ser

compreendida no âmbito de uma macro-região, vinculada a perda de prestígio da região genericamente chamada de Norte, desde que a capital da América Portuguesa fora transferida para o Rio de Janeiro, cinco décadas antes, tendência reforçada com a instalação da Corte Portuguesa nesta cidade, em 1808. Neste movimento pode-se bem observar correlações entre capitânicas e respectivas atividades econômicas, alianças familiares, presença de grupos sociais distintos, interesses comerciais e administrativos, rompendo, ao mesmo tempo, com a forma de governo monárquica e com a dominação portuguesa (MOREL, Marco, s/d). Cabe destacar a viva participação dos negros nesta Revolução de 1817, nas configurações da “pátria pernambucana” (JANCSÓ, 2003).

A revolta na província do Grão-Pará, iniciada em 1821 cobre toda a província em uma guerra civil até 1825, revelando a instabilidade vivida na região que deixou incerto o seu destino. Tem como seus principais protagonistas indígenas e negros, mostrando, desse modo, que não se sustenta a tese de que o país se forma a partir de um pacto entre elites.

No período pós-Independência formal, cabe sublinhar revoltas regionais mobilizadoras de lutas pela afirmação da identidade brasileira:

- A Cabanagem, entre 1835 e 1840, na então província do Grão-Para. Nesta rebelião, negros, índios e mestiços insurgiram-se contra a elite política e tomaram o poder, tendo como fatores desencadeadores da revolta a extrema pobreza das populações ribeirinhas e a irrelevância política a que a província foi relegada após a Independência do Brasil, em 1822;
- A Revolução Farroupilha em 1836, na província do Rio Grande do Sul, demarcando uma das mais extensas rebeliões deflagradas no Brasil, a estender-se até 1844. A rebelião revela a insatisfação com as políticas imperiais, sobretudo vinculadas aos impostos que impediam a expansão dos lucros dos fazendeiros sulistas. É um movimento que, no seu longo percurso, assume uma dimensão separatista, com a fundação da “República de Piratini” ou “República Rio-Grandense”, mobilizando forças imperiais no seu enfrentamento e derrota;
- A Balaiada, revolta popular, ocorrida entre 1838 e 1841, no interior da província do Maranhão, estendendo-se para a vizinha província do Piauí. Foi uma rebelião feita por pobres da região, escravos, fugitivos e

prisioneiros e que se efetiva no âmbito da grave crise econômica do Maranhão como região exportadora de algodão, devido à concorrência com o gênero estadunidense;

- A Sabinada, revolta vivenciada entre 1837 e 1838, na Província da Bahia, no contexto do Brasil Império, a propugnar a autonomia política, proclamando a “República Baiana”, em uma ruptura com o Governo Imperial. Esta revolta assume um caráter autonomista, inserindo-se na tradição de lutas por autonomia política da Bahia: Conjuração Baiana (1798); lutas pela Independência da Bahia (1822-1823); Federação do guanais (1832); Revolta dos Malês (1835).

Dando consequência analítica à tese de István Jancsó (2009) de que “analisar a nação brasileira é encaixar peças de um mosaico”, cabe demarcar um elemento estrutural nesta tessitura de nexos históricos: todo o movimento de fundação da Nação e Estado brasileiros, em suas sinuosidades e articulações, efetiva-se na passagem dos restos de um capitalismo de eixo mercantil para o que é engendrado pelo capitalismo industrial, fazendo parte também da passagem de um colonialismo de recorte antigo para o que viria a ser chamado imperialismo (JANCSÓ, 2009).

No desvendamento dessa inserção capitalista brasileira, a circunscrever os processos de fundação da Nação e do Estado brasileiros, é fundamental retomar a análise de Florestan Fernandes, em sua obra referencial “A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação sociológica”, publicada em 1966 em 1ª edição e em 1976, em 2ª edição¹⁰.

Florestan Fernandes (1976), em sua tese mestrada de interpretação do Brasil fundada na especificidade da revolução burguesa, configura padrão específico de desenvolvimento capitalista no país, buscando compreender as particularidades do processo histórico brasileiro, na relação dialética com o geral do capitalismo monopolista. Nesta perspectiva, demarca três fases do desenvolvimento do capitalismo no Brasil:

¹⁰ Esta obra referencial de Florestan Fernandes está estruturada em três partes: As Origens da Revolução Burguesa; A Formação da Ordem Social Competitiva; Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente. Segundo explicita o autor, a primeira e segunda partes foram escritas em 1966 e a terceira parte em 1973. Para efeito de iluminar a discussão ora desenvolvida, interessa-nos, particularmente, esta terceira parte, no capítulo 6 “Natureza e Etapas do Desenvolvimento Capitalista. Cabe ainda esclarecer que trabalhamos com a segunda edição da obra, publicada em 1976.

- 1ª fase: eclosão de um mercado capitalista moderno. É esta a fase de transição neocolonial que se estende da abertura dos portos brasileiros às nações amigas (1808) até a sexta década do século XIX, tendo em vista a crise estrutural irreversível do sistema de produção escravista;
- 2ª fase: formação e expansão do capitalismo competitivo. É esta a fase de consolidação e disseminação do mercado capitalista moderno e seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico. É a fase de consolidação da economia urbano-comercial, ao longo da primeira transição industrial, estendendo-se da sexta década do século XIX até a década de cinquenta do século XX;
- 3ª fase: errupção do capitalismo monopolista. É a fase de reorganização do mercado e do sistema de produção, efetivando-se operações comerciais, financeiras e industriais da grande corporação estrangeira, estatal ou mista. Esta fase inicia-se no final da década de 50, adquirindo caráter estrutural posterior ao golpe de 1964, no contexto da ditadura militar¹¹.

Estabelecendo o cotejo entre as indicações históricas de Jancsó (2009) e a interpretação da Florestan Fernandes (1976) sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil, pode-se bem circunscrever que a fundação da Nação e Estado brasileiros efetivam-se entre a primeira e segunda fases, ou seja, entre a transição neocolonial e a consolidação e disseminação do mercado capitalismo moderno¹²

Por fim, neste “encaixe de peças de um mosaico”, buscando desvendar e compreender a formação do Estado e da Nação brasileiros, cabe demarcar duas “peças” a abrir vias investigativas:

- As dimensões contraditórias do esforço de fundação de um Império brasileiro, no século XIX, no horizonte liberal, reiterando, ao mesmo tempo, a ordem escravagista e a natureza patrimonial da fiscalidade. De fato, na compreensão da nação brasileira em construção no século XIX, impõe-se o aprofundamento da discussão sobre o ideário liberal e os

¹¹ É importante considerar que esta periodização de Florestan Fernandes é elaborada em 1973 e, portanto, sua interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro termina no contexto da ditadura militar, no início dos anos 70.

¹² No avançar dos estudos da fundação da Nação e Estado no Brasil, cabe discutir os processos analisados por Florestan Fernandes na configuração destas duas fases, delineando, assim, as especificidades do contexto brasileiro, em seus nexos econômicos, políticas, culturais e sociais.

contrastes e as contradições de uma sociedade onde prevalece o interesse pela manutenção da escravidão. A rigor, é a sobrevivência da herança colonial escravista, não obstante a ilustração e o liberalismo no Brasil do século XIX, demarcando especificidades da sociedade nacional brasileira;

- No contexto brasileiro, as massas tinham escassa identificação com a nação em que viviam, destacando-se sobretudo os indígenas e os negros. E é preciso ter presente que o sistema político do Estado Nacional em formação encarnava a determinação de controlar índios e negros como força de trabalho. Com efeito, a idéia de nação é uma expressão colonialista, a circunscrever a violência colonial de “passar por cima”, de desconsiderar, de desqualificar as especificidades dos diferentes povos que habitavam o Brasil. É a padronização da nação, violando as diversidades étnico-culturais dos povos.

Em verdade, o enigma de nossa formação nacional permanece em aberto e ressurgiu, revitalizado, em tempos contemporâneos. É importante reconhecer que os resultados e investigações da nossa formação nacional iluminam novos componentes para se repensar a Nação e o Estado no Brasil do presente, no contexto contraditório da mundialização e dos processos de ajuste às novas exigências do capital e de redefinições do neocolonialismo.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan (1976, 2ª edição). *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

HOBBSBAWM, Eric (1998). *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra.

IANNI, Octávio (1988). *Estudos Avançados – A questão nacional na América Latina*. Vol.2, nº 1, São Paulo: jan/mar. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext. Acesso em 18/12/2010.

_____. (1989, 2ª edição revista e ampliada). *Estado e Capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.

JANCSÓN, István (2003). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Unijui, FAPESP.

_____. (2009). Entrevista concedida à Agência FAPESP. www.controversia.com.br. Acesso em 17/04/2011. Acesso em 17/04/2011.

JANCSÓN, István (2008). Entrevista concedida à IHU-online. www.ihuonline.unisinos.br/index.php.

JÚNIOR, José Ribeiro (2005). Resenha da obra de JANCSÓN, István (org). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Unijui-FAPESP. In: *Revista História*. Vol.24, nº 1, Franca.

LEITE, Dante Moreira (1983, 4ª edição). *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1982, 3ª edição): *O Manifesto Comunista*. In: LASKI, Harold J. *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MOREL, Marco (s/d). República de 1817. Comentário In: *O arquivo Nacional e a história Luso-Brasileira. Revolução de 1817*. <http://www.historiacolonial.arquivo.nacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=666&sid=75&tpl=printerview>

RIBEIRO, Rita (2004). *A nação na Europa – breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo*. "Cadernos do Noroeste. Série sociologia." ISSN 0870-9874. 22:1-2, 85-96. <http://hdl.handle.net/1822/5646>. Acesso em 23/04/2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994, 3ª edição). *Pela Mão de Alice – O Social e Político na Pós-Modernidade*. Porto – Portugal: Ed. Afrontamento.

TORRES, Alberto (1982, 4ª edição). *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Ed. UNB.